

# CURRAIS E VACARIAS NA CIDADE<sup>1</sup>

Doralice Sátyro Maia  
Universidade Federal da Paraíba  
doramaia@ccen.ufpb.br

## RESUMO

O texto apresenta alguns resultados da pesquisa *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. Neste privilegia-se a análise dos subespaços rurais encontrados na cidade, mais exatamente os currais e as vacarias. A investigação compreendeu o mapeamento desses espaços na malha urbana, a descrição e a caracterização da sua disposição interna e ainda a análise dos costumes, da produção e da comercialização do “leite in natura”. Com esses registros foram esclarecidas a permanência e a transformação dos costumes rurais na cidade. Tanto a leitura bibliográfica como a coleta de informações em jornais e nas instituições estatísticas e de pesquisa foram fundamentais para resgatar o processo de distribuição do leite e o momento de maior pressão sobre os seus produtores nas cidades brasileiras. Além disso, a pesquisa faz uso do trabalho de campo, obtendo dados através de entrevistas e de depoimentos. Tais procedimentos metodológicos permitiram compreender as permanências e as transformações dos currais e das vacarias na cidade de João Pessoa-PB.

**Palavras-chave:** curral, vacaria, cidade.

## ABSTRACT

The text presents some results of the research *Slow times in the city: permanence and changes of rural customs in the city of João Pessoa-Pb*. It focuses on the analysis of rural sub-spaces found in the city, specially in corrals and cowsheds. The investigation comprised the mapping of those spaces in the urban network, the internal arrangement and the analysis of customs, production and marketing of “in natura” milk. With these records, the permanence and changes in the city were clarified. Both the bibliographical reading and the information collection in newspapers and in research and statistical institutions were fundamental to recover the process of milk distribution and the moment of greater pressure on the producers in the Brazilian cities. Besides, the research uses the field-work, obtaining data through interviews and testimonies. Such methodological procedures permitted to understand the permanence and changes of corrals and cowsheds in the city of João Pessoa-Pb. Key words: corral, cowshed, city

**Key words:** corral, cowshed, city.

---

## Introdução

Nas ruas e avenidas da cidade de João Pessoa, não é difícil encontrarmos animais pastando em canteiros, em terrenos, alimentando-se nos depósitos de lixo nas calçadas ou atravessando as ruas. Porém, para encontrarmos as vacarias e os currais onde esses animais se instalam, tivemos que descobri-los na malha urbana. Para tanto, fizemos algumas andanças pela *borda* da cidade - denominada por alguns autores de *franja* e por outros de espaço *periurbano*<sup>2</sup> ou *rurbano*<sup>3</sup> - pelos interiores dos bairros, como também perseguimos algumas boiadas que retornavam para seus currais e percorremos os vales dos rios que cortam a cidade. Realizamos em princípio, um reconhecimento dos vales dos rios Jaguaribe, Laranjeiras, Timbó, Cuiá e dos pequenos cursos Bomba, São José e São Bento que, por serem áreas públicas, poderiam abrigar alguns estabelecimentos; e por estarmos observando alguns animais pastando às margens do referido rio.

É preciso dizer que esse percurso não se resumiu ao que se encontrava diretamente às margens dos vales, mas incluía um trajeto nas mediações. Muitas vezes, somente através de informações de uns, conseguíamos localizar outros. Dessa forma, mapeamos estabelecimentos rurais no interior da malha urbana de João Pessoa. Este foi o nosso primeiro passo para a compreensão dessa realidade, uma vez que esse registro não consta nas instituições públicas locais, com exceção de algumas fotografias e planilhas realizadas em 1987 pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA). Esses estabelecimentos estão localizados na *franja* da malha urbana, mas também concentram-se nas proximidades dos vales dos rios, cujas vertentes são aproveitadas para o plantio de capim. Por serem área de domínio público, os vales dos rios puderam permanecer isentos de uma ocupação até meados da

década de 1990. No entanto, nos últimos anos, tem-se verificado uma crescente modificação dessas áreas através de aterros e conseqüentes instalações de empreendimentos comerciais, como postos de gasolina, shopping center (vale do Jaguaribe), lojas de material de construção (vale do Mandacaru), e, mais recentemente, dois grandes hipermercados às margens do rio Jaguaribe.<sup>4</sup>

Geralmente dispostas ao longo dos vales dos rios e por detrás das grandes avenidas, essas unidades de produção, a despeito da constante pressão que a vida urbana lhes impõe, conseguem manter costumes trazidos da zona rural de onde foram expulsas, principalmente das regiões interioranas do estado da Paraíba e de estados vizinhos (Rio Grande do Norte e Pernambuco). Algumas já vieram de outros bairros da cidade de onde foram tangidas pela especulação imobiliária, é o caso da vacaria da família do Sr. Severo, hoje instalada no Bessa<sup>5</sup>:

Já faz vinte quatro anos. Vimos de Cabaceira para Tambaú. Moramos um bocado lá em Tambaú e depois viemos pra cá. Compramos isto aqui, isto aqui era uma mata, né? Ai compramos este terreno aqui, construímos aqui, aí começou, até agora. (Sr. SEVERO, 23-03-99).

Outros pequenos produtores estão no local desde que para aqui migraram. A escolha do local dá-se a partir do valor do terreno a ser adquirido como também da constatação da existência de um grande número de lotes vazios ou mesmo antes do loteamento da área. É o que conta o Sr. Severino proprietário de uma vacaria no bairro do Cristo, vale do Jaguaribe:

Sou o primeiro fundador. Cheguei há trinta anos. Era só mato na localidade. Quando o gado ia pastar pra procurar subia no poste, não tinha estrada, não tinha Ernesto Geisel<sup>6</sup>, o gado era criado a solto. Depois foi apertando... (PEQUENO PROPRIETÁRIO, vale do Jaguaribe, 1995).

Encontramos na malha urbana de João Pessoa, vacarias onde se mantém uma pequena produção e distribuição do leite “in natura”. Além das vacarias, localizamos currais com gado bovino para engorda e corte e outros estabelecimentos de criação eqüina. Alguns desses estabelecimentos apresentavam criação diversa, conciliando gado bovino e eqüino e ainda pequena criação de porcos. Porém, sempre havia uma predominância de um sobre os outros. A criação suína, em todas as unidades visitadas, apareceu como complemento e não enquanto produção principal. Por isso, não a privilegiamos na nossa pesquisa. Devemos acrescentar que essa é uma característica da atividade criatória do nordeste brasileiro configurando o que seus criadores chamam de “miunça”, ou seja, são as criações complementárias de animais de pequeno porte como porcos, galinhas e até mesmo cabras e ovelhas. Ellen Woortmann, ao estudar os sítios do interior do Nordeste, abordou bem essa distinção entre *gado* e *miunça*. Segundo a autora, o termo *gado* designa regionalmente o gado bovino, enquanto que *miunça* designa “o criatório de ovinos e caprinos”. (WOORTMANN, 1995, p. 286).

Essas unidades representam um conjunto de espaços onde encontramos a permanência de alguns *costumes rurais* na cidade de João Pessoa. Os currais e as vacarias localizam-se, de forma descontínua, na malha urbana; contudo, verificamos uma certa concentração ao longo dos vales dos rios. O número preciso desses estabelecimentos pecuários<sup>7</sup>, como já mencionamos anteriormente, não é computado por nenhuma instituição.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de não registrar área rural no município de João Pessoa, contabilizou, no último recenseamento agropecuário (1995), uma área total de 3.197 ha utilizada com lavouras (temporárias e permanentes) e pastagens (naturais e plantadas) e um total de 275 estabelecimentos agropecuários no município de João Pessoa. Cabe, mais uma vez, lembrarmos que, conforme esse mesmo instituto de pesquisa, a área do município é considerada como sendo 100% urbana, o que significa dizer que a área do município corresponde à área da cidade. Ao compararmos os dados fornecidos pelo IBGE em 1985 com os de 1995<sup>8</sup>, constatamos um nítido decréscimo do número de estabelecimentos agropecuários no município. Isso só comprova a existência de uma expansão da área construída da cidade. De um total de 302 estabelecimentos em 1985 há um decréscimo para 275 em 1995. Em termos de área ocupada, temos em 1985 um montante de 4.596 ha e em 1995, 3.197 ha, o que

representa um decréscimo de 30,44% da área ocupada por esse tipo de atividade nos dez anos. (Tabela 1).

**Tabela 1** - Estabelecimentos Agropecuários no Município de João Pessoa

ANO	ESTABELECIMENTOS (Nº)	ÁREA (HA)
1985	302	4.596
1995	275	3.197

Fonte: FBGE, Censos Agropecuários da Paraíba, 1985,1995.

É preciso esclarecer que a maioria desses estabelecimentos possui áreas entre 1 e 5 hectares. (Vide tabela 2). Esse dado representava, em 1985, 64,17% dos estabelecimentos e, em 1995, a sua predominância é acrescida, passando para 68,36%. Representativo é também o decréscimo do número de estabelecimentos com 100 ou mais hectares. Em 1985, havia 9 unidades ocupando 2.859 ha e, em 1995, temos 6 estabelecimentos, contabilizando 1.528 ha. Esta predominância de pequenas propriedades de 1 a 5 ha e a sua maior participação percentual, nos últimos anos, somada à redução de propriedades com 100 ha mostram o parcelamento da terra; que, se tratando de área urbana, significa a ocupação por loteamentos ou mesmo construções “urbanas”. Além disso, revela a peculiaridade dessa atividade que se mantém em lotes bastante reduzidos em área urbana.

**Tabela 2** - Grupos de Área Total do Município de João Pessoa – 1985-1995

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)													
Total		< 1		1 < 5		5 < 20		20 < 50		50 < 100		100 >	
Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)
307	4.596	35	10	197	459	45	378	14	461	7	426	99	2.859
275	3.197	19	6,96	188	477,3	442	386	16	489,2	4	310	66	1.528

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários da Paraíba, 1985, 1995.

As vacarias e os currais encontrados constituem um universo bastante diversificado: desde pequenos currais, nas áreas de favelas e pequenos quintais, com cerca de 50 – 60 m<sup>2</sup> a propriedades pecuárias extensivas, como é o caso da *Fazenda Cuiá*<sup>9</sup>. Contudo, a grande maioria é de pequenas propriedades com menos de 1 hectare. (Tabela 8). A diversidade, também, está na administração dessas propriedades que, de maneira geral, corresponde a sua dimensão. Assim, grande parte das menores é cuidada pelos seus próprios donos e suas famílias, enquanto que as maiores estão entregues aos trabalhadores. Apesar dessa tendência, não há homogeneidade, pois existem pequenas propriedades, principalmente vacarias, com uma considerável produção leiteira, entre 100 e 400 litros diários que é administrada por seu proprietário e família, mas também contrata trabalhadores que auxiliam tanto na retirada do leite como no pastoreio do gado. Por outro lado, encontramos algumas unidades de pequeno porte, com uma produção de até 10 litros diários de leite, administradas por trabalhadores.

Em pesquisa anterior<sup>10</sup>, tratamos de analisar a produção leiteira dos 142 estabelecimentos encontrados, os tipos de criações, como também as relações de trabalho adotadas. Nesse momento, o que nos interessa é o entendimento de como se mantêm os *costumes rurais* nessas unidades. Assim, inicialmente optamos por eleger algumas unidades localizadas em diferentes vales, o que significa dizer em diferentes áreas da cidade, onde realizamos o nosso trabalho de campo. Na medida em que retornamos a essas unidades, deparamos com algumas unidades extintas, mas por outro lado - e muitas vezes do outro lado da cidade - encontramos unidades até então não visitadas. Portanto, não houve rigidez na demarcação dos estabelecimentos escolhidos. Entrevistamos alguns moradores, proprietários e ex-criadores de estabelecimentos rurais já extintos, uns em processo de extinção ou com poucas perspectivas e outros

reformados e com planos de melhoramentos. Privilegiamos uma conversa mais demorada com seus proprietários e familiares que possibilitasse um conhecimento maior das suas práticas e vida diárias. Elaboramos um roteiro de entrevistas, porém deixamos, também, a conversa fluir com naturalidade, o que significa dizer que conjugamos a entrevista com o depoimento oral, enquanto técnicas de pesquisa. Para tanto, nos inspiramos nos estudos etnográficos, bem como nos clássicos trabalhos da geografia que partiam da observação e da descrição. Para essas entrevistas, foi fundamental estabelecer uma relação de confiança, o que exigiu mais de uma visita, e em alguns casos a figura do intermediador. Essa confiança foi crescendo à medida que deixávamos o entrevistado falar espontaneamente de sua vida, de suas dificuldades, de seus problemas de saúde, da visão de um futuro ameaçador, e, principalmente, com os mais idosos, da solidão. Como bem disse E. P. Thompson (1998): “Se fosse discriminar os componentes constitutivos da “cultura popular” que mais requerem a nossa atenção nos dias de hoje, citaria as “necessidades” e as “expectativas”. (THOMPSON, 1998, pp.22-23).

### ***As Vacarias e a Venda do Leite in natura na Cidade***

À medida que a cidade vai transformando-se em *cidade* moderna ou cidade *modernizada*, não há mais espaço – e nem tempo – para currais e vacarias na malha urbana. Dessa forma, foram estabelecidas normas que exigem o seu deslocamento, resultando no seu contínuo desaparecimento. A proibição de leite “in natura” no Brasil consolidou-se, através do artigo 509 do Regimento aprovado pelo Decreto Federal nº 30.691 de 29/03/52. Esse artigo dispõe que: “Nas localidades onde existir usina de beneficiamento de leite, não é permitida a venda de leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio deste tipo de leite.” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 20/03/79). Porém, só a partir da difusão da indústria de laticínios é que os organismos responsáveis passam a exigir o cumprimento da referida lei. Portanto, somente em 1973 com o Decreto Federal nº 73.116, mais precisamente de seu artigo primeiro<sup>11</sup> de 08/11/73, exige-se a fiscalização para o cumprimento daquela proibição, designando-se para tanto o Ministério da Agricultura, através das Delegacias Federais da Agricultura dos estados. Essa portaria, segundo o delegado federal da Agricultura da Paraíba em 1979, surgiu “em decorrência de trabalho efetuado pelo Ministério da Agricultura, quando se constatou que o leite cru (quase 50%) tem provocado casos de brucelose, aftose e tuberculose nos consumidores. O outro aspecto é que, de acordo com a legislação vigente, onde existe leite pasteurizado é proibida a venda de leite cru.”<sup>12</sup> Muito embora desde 1973 existisse a referida portaria, na Paraíba, somente no ano de 1979 é que se dá uma maior pressão sobre os proprietários de vacarias, através da concretização da fiscalização da produção/comercialização do leite “in natura”. Esse fato propicia o início do que se denominou de “planos de federalização do leite”, promovido pela Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária.<sup>13</sup> Essa “guerra” que se travou contra as vacarias tinha como bandeira “garantir a população um produto em condições higiênicas sanitárias ideais para o consumo”. Isso ocorreu no exato momento em que se instalou a usina de pasteurização ILCASA, sediada na cidade de Campina Grande - PB e que, conseqüentemente, passaria a ser a distribuidora de leite nos dois maiores aglomerados urbanos do estado, isto é, Campina Grande e João Pessoa. Nesse momento, a produção diária de leite “in natura” em João Pessoa, era de 18 mil litros.

No ano de 1986, no decorrer do chamado Plano Cruzado<sup>14</sup>, houve em todo país o que se chamou de “crise do leite”. Com o congelamento dos preços, as indústrias passaram a fornecer uma menor quantidade do produto. Além disso, soma-se o fato de que foi implantado pelo Estado um programa de distribuição de leite para as crianças carentes, o que aumentou a sua demanda. As filas imensas de consumidores nas portas das padarias eram constantes, principalmente nos meses de junho e julho daquele ano. Em João Pessoa, o abastecimento de leite pasteurizado era feito pela ILCASA — indústria de leite Betânia —, única usina de pasteurização existente, que distribuía cerca de 26 mil litros diários.<sup>15</sup> O leite para essa indústria provinha parte do interior do Estado da Paraíba, parte de Alagoas e Pernambuco. Com a escassez do produto, nessas localidades, o fornecimento foi cancelado, tendo que a mesma indústria ampliar a aquisição de leite no interior do estado. Interessante é que, quando indagado sobre o fornecimento

do produto, o industrial alega “precariedade da bacia leiteira paraibana”. (JORNAL *O NORTE*, 12-07-1986). Essa afirmativa choca-se com a constatação que, nesse momento de escassez do leite, as vacarias existentes na cidade de João Pessoa – que continuaram distribuindo o leite “in natura” a despeito da proibição federal – tiveram um acréscimo de venda do produto. Sr. Macedo nos conta:

Eu tirava 300 litros de leite! Naquela época de 86, que teve aquela crise de leite, eu mantive isto aqui com gosto, começava ali onde estava os baldes e ia bater na coluna, de vasilhame...!

Não teve aquela falta de leite no comércio? Aí o povo da cidade que me conhecia e quem não me conhecia informava e vinha. Quando terminava, a fila ainda estava lá ainda. Isto em 86.

Eu distribuía na rua. Mas quando... teve freguês meu que teve queixa. Mas eu não podia sair daqui, que o povo não deixava. (...). Eu vivia como louco neste tempo em 86!

O relato do Sr. Macedo, bem como a verificação de que, apesar de toda a fiscalização proibindo a venda do leite “in natura”, mostra que havia leite nas vacarias, mas que, por sua vez, não estavam preparados para um grande aumento da demanda. Saliente-se que os produtores dessas vacarias não vendiam o leite para a usina de pasteurização porque esta não lhes pagava o preço correspondente. Mas, por ser a única na região, aproveitava-se desse fato e da legislação, que exigia a pasteurização do leite “in natura”, para impor o preço que lhe convinha.

Apesar dos fatos abordados, a venda do leite “in natura” é algo que está presente na realidade das cidades brasileiras, mesmo sendo considerada um tanto superada, seja pela vida moderna exigir um maior controle sobre os produtos comercializados, seja pelo fato da “vida urbana” não mais permitir um conhecimento do leite vendido pela “vacaria vizinha”, que antes se classificava como sendo “de confiança”. De acordo com o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindústria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, temos a informação de que do total da produção brasileira de leite, em 1997, (20 bilhões de litros), 59% é “leite formal”, isto é, leite que passou pela inspeção sanitária do governo antes de chegar ao consumidor e 41% de “leite clandestino”, aquele que chegou ao consumidor sem passar pela inspeção sanitária governamental. Além disso, segundo este mesmo estudo, a informalidade do comércio do leite vem crescendo: em 1990, estava em torno dos 5 bilhões de litros e, em 1995, chega a cerca de 7,5 bilhões. Um dos pesquisadores responsáveis por esse estudo afirmou que não foi possível determinar com exatidão a procedência de todo esse leite. “Mas, empiricamente, se sabe que boa parte saiu de pequenas propriedades rurais, espalhadas por todos os Estados”.<sup>16</sup> Constatamos, então, a existência de um descaso por parte dos organismos responsáveis em cadastrar as unidades produtivas, já que se trata de uma atividade ilegal e que afirmar a sua existência depõe contra essas instituições.

Assim, a venda de leite “in natura”, ainda que não seja assunto de manchete de jornal como bem foi em 1979, ainda figura em matérias jornalísticas, nas quais se destaca os flagrantes dados pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Em recente notícia, publicada pelo jornal *O Norte* (11-09-99), foi divulgada uma campanha realizada pela Vigilância Sanitária, cujo objetivo era orientar os consumidores de leite “in natura”, ou melhor, tratava-se, como dizia mesmo a manchete, de um “alerta aos consumidores.” Nessa mesma notícia, a coordenadora da Vigilância Sanitária concorda com a informação de que “o produto é comercializado na cidade”, mas “originário de municípios vizinhos.” Esse depoimento demonstra desinformação ou descaso com a produção/comercialização local.

Verificamos, na nossa pesquisa, em jornais e em entrevistas aos dirigentes da Secretaria da Agricultura, que, em João Pessoa, desde o momento da proibição da venda do leite “in natura”, jamais considerou-se a possibilidade de regulamentar as unidades produtivas existentes, que, vale dizer, pertencem a pequenos produtores. Essa regulamentação, sugerida pelos próprios produtores quando os entrevistamos, poderia concretizar-se através da determinação de uma área adequada, da criação de condições para o fornecimento de leite às indústrias de pasteurização, ou mesmo da implementação de uma usina que recebesse o leite desses pequenos produtores, dando as condições de higiene necessárias. A única referência

à instalação de estabelecimentos criatórios na área urbana é o Artigo 28 do Capítulo V do Código de Postura do Município de João Pessoa (1995). Esse artigo estabelece que “os estábulos, estrebarias, pocilgas, galinheiros e currais, bem como as estrumeiras e os depósitos de lixo, deverão estar situados em terrenos de nível inferior aos das habitações, e distantes, no mínimo, 50 metros das mesmas.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 1995, p.9). Diante do exposto, podemos afirmar que a forma de tratamento da questão sempre foi a mesma: fechamento das vacarias, apreensão do leite, enfim, aniquilamento da pequena produção<sup>17</sup>. Atualmente, a maioria das vacarias que permaneceu, na cidade, mantém-se com uma produção muito pequena. No entanto, as vacarias que ainda conservam uma produção “bastante considerável”<sup>18</sup> dizem que as usinas não as procuram para comprar o leite, uma vez que consideram a produção pequena.<sup>19</sup>

### ***O Gado Bovino, os Currais e as Vacarias Dispersos na Cidade***

João Pessoa, a despeito de situar-se no litoral paraibano, região não característica da pecuária, desde seus primórdios possui criação bovina voltada para seu abastecimento. Heretiano Zenaide, ao falar do rebanho bovino paraibano, refere-se à produção dessa cidade. Diz ele: “Na Capital e em raros engenhos da Várzea já havia o Turino, em pequenos lotes destinados ao suprimento de leite às populações urbanas.” (ZENAIDE, 1948, p.3). Já vimos no capítulo primeiro que a cidade cresceu permeada de sítios, granjas e mesmo fazendas onde era criado o rebanho bovino. Nessas propriedades, os costumes praticados com a “lida do gado” eram semelhantes aos adotados nas fazendas de gado sertanejas. A principal diferença estava no fato da dimensão da propriedade - com algumas exceções predominavam as pequenas e médias propriedades - e da presença constante de água, o que em muito facilitava a criação. Porém, sempre houve uma preferência dos criadores locais pelo gado leiteiro, fato ainda hoje verificado, enquanto que, no sertão, privilegia-se o de corte<sup>20</sup>.



**Figura 1:** Curral no Bairro do Bessa, cercas com varas e arame. Foto: Graça Sousa

Em João Pessoa, encontramos vacarias e, em menor número, pequenas propriedades com gado para corte. Esses estabelecimentos contêm, além da casa do proprietário ou do administrador, o curral onde as reses pernoitam e o estábulo onde as mesmas são alimentadas. Os currais, da mesma forma que no sertão, servem principalmente para abrigar as vacas e os bezerros durante a noite e para a ordenha. Esses são, em sua maioria, feitos com estacas de madeira grosseira em forma de varas, muitas vezes aproveitados de construções ou encontrados aleatoriamente, ligadas umas as outras com quatro a seis fios de arame farpado. O tipo de curral depende do porte da propriedade, da sua capacidade produtiva e da renda do seu proprietário. Existem algumas vacarias com currais improvisados, onde até mesmo a disposição das estacas dá-se de forma bastante desalinhada. Em contraposição, existem aquelas onde as

varas são entrelaçadas com arame farpado e estacas de madeira bem cortadas. Todos os currais possuem uma porteira que segue o padrão do curral, em outras palavras, pode ser bem trabalhado, ou totalmente improvisado. A porteira, segundo o tipo do curral, pode ser formada com algumas varas de madeira e arame farpado, fechando-se com um pedaço de arame ou corda. É fácil também encontrarmos alguns cercados sem porteiras, mas apenas com o que eles denominam de “colchete”: pedaço solto da cerca que abre e fecha.

Na maioria dos estabelecimentos, é realizada apenas uma ordenha, aquela do início da manhã. Apenas as vacarias de maior produção, ou seja, aquelas com mais de 100 litros diários, realizam duas ordenhas, uma, nas primeiras horas da manhã, e outra à tarde. E somente, na vacaria de maior produção leiteira da cidade de João Pessoa, com 350 litros diários, a retirada do leite não ocorre no curral, mas sim, em estábulo separado.

Além daqueles currais descritos anteriormente, encontramos, em uma propriedade melhor estruturada, onde atualmente se cria apenas gado de corte, um outro tipo de curral. Esse além dos componentes anteriores, possui um “brete - uma espécie de corredor, parte estreita onde cabe unicamente uma rês, utilizado para vacinar e ferrar os animais - e uma pequena rampa para facilitar a saída do animal e sua entrada nos transportes.

### ***Os Pastos e o Pastoreio***

Enquanto o produtor ou mesmo um dos seus ajudantes sai pelas ruas da cidade distribuindo o leite, o pastorador conduz o gado para área de pasto, onde permanecerá até o final da tarde, vindo pernoitar nos currais. Esses homens saem com seu gado, a cavalo ou a pé, sempre acompanhados de uma varinha, em busca de pastos. O local do pasto muda constantemente, dependendo sempre das chuvas e das possibilidades do acesso. Geralmente, são terrenos vazios ou áreas de vale. Muitas vezes, quando não se pode conduzir os animais até os pastos, sai-se à procura de capins e vegetação natural que sirvam de alimento. Estes são apanhados e colocados em sacos ou diretamente sobre as carroças ou carrocerias de camionetas. É comum a concessão de pasto ou do capim de áreas anteriormente produtoras. Os seus proprietários concordam que seus vizinhos, ainda produtores, retirem o capim para dar a seus animais e aqueles que têm pouca produção, normalmente, vendem o excedente de pastagem para aquelas que procuram.

A saída dos animais em busca de pasto tem se tornado cada vez mais difícil, uma vez que os terrenos vazios vêm sendo veementemente edificados, o que significa dizer, utilizando-nos da expressão desses produtores, que “está ficando apertado”.

No início da manhã ou no fim da tarde, em alguns bairros da cidade, é possível ouvir o som do aboio e dos chocalhos. Essa imagem nos lembra a condução dos rebanhos bovinos para o pasto, bem como o seu retorno acompanhados pelo som do aboio, que integra a vida dos vaqueiros no interior do Nordeste. Câmara Cascudo define o aboio no sertão do Brasil, como sendo um “solo, canto individual, entoado livremente”. Nesse canto, complementa o autor, jamais se canta versos ao tanger o boi e nunca se repete. “Cada aboio é um improvisação. É coisa séria, velhíssima em uso, respeitada. Serve para o gado solto e para o curraleiro, vacas de leite, mas em escala menor, pois vaqueiro que se preze não vai aboiar para vaca de curral.” (CASCUDO, 1956:26). Vários outros autores também escreveram a respeito do aboio. Entre eles podemos citar Antonil que, em princípios do século XVIII, descreve a condução das boiadas, no sertão da Bahia, destacando o canto dos vaqueiros: “Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem”. (ANTONIL, 1992, p.202).

O crepúsculo do dia marca o retorno aos currais e o fim das atividades diárias. Vários são os autores que fizeram referência a esse “show” que une homem e natureza. Quando encontramos as boiadas nos interstícios da cidade, ouvimos o aboio do tangedor que conduz o seu rebanho para o pasto ou de volta para o seu curral. Esse mesmo canto que, mesmo abafado pelos ruídos dos automóveis, ainda é o mesmo som melancólico, também descrito por José Américo de Almeida: “era uma dolencia humida, um grito

molhado em lágrimas, o som de uma alma que se rasga.” (Almeida, 1922, p.s/p.).



Figura 2: Pastorador e gado retornando do pasto no bairro do Bessa. Foto: Doralice Maia

### ***O Movimento dos Estabelecimentos Rurais na Malha Urbana: permanências e transformações***

A realização dessas atividades rurais na cidade dá-se tanto pelos migrantes do interior do estado como por aqueles que foram obrigados a mudarem-se de áreas antes caracteristicamente rurais em torno da cidade, principalmente, nas áreas de vale, já que são áreas de preservação ambiental onde ainda se permite a presença de animais pastando. Nelas, a casa é erguida com a frente para a rua e os fundos são voltados para o vale do rio, cuja área normalmente atinge o talvegue. O curral está sempre ao lado ou atrás da casa.

Mesmo sem contarmos com dados mais recentes, a redução do número dessas unidades produtivas é algo visível para um observador atento à paisagem da cidade, nesses últimos dez anos. Durante o nosso trabalho de campo, em algumas ocasiões quando nos dirigimos para unidades visitadas no ano de 1994, ficamos surpresos por não mais encontrá-las, em seu lugar, em alguns momentos, deparamo-nos com estábulos vazios, tendo ainda o seu proprietário residindo ali, mas vivendo de outro meio; em outros, encontramos empresas, como uma antiga vacaria localizada no vale do Jaguaribe onde o velho estábulo abrigava, agora, uma oficina: tratava-se de uma montadora de aparelhos ar condicionados. No vale do rio Jaguaribe, às margens da BR 230, conversamos com a esposa de um antigo criador. Ela contou que seu marido – falecido há cinco meses atropelado em frente de casa - criava gado, mas depois resolveu vender para reformar a casa, ficando apenas com uma pequena criação de porcos. Meses depois, até mesmo a manutenção dessa pequena criação foi suspensa, em decorrência da duplicação da estrada que permitiu o aumento do tráfego, dificultando muito a sua travessia.<sup>21</sup> Essa senhora, para manter a sua criação, precisava sempre atravessar a BR com um carrinho de mão em busca da alimentação dos seus animais. Ela explica:

(...). Era eu e a menina que a gente carregava, mas era muito cansativo e pega muito peso, né? Porque a gente leva carro de mão, botava quatro latas de gás, aí a gente vinha de cinco e meia, quase seis horas da noite, bem na hora do movimento. E aí a gente tem que ficar no meio da pista, né? Porque ali por sorte os homens da rodoviária, eu pedia muito pra deixar um cantinho pra gente passar. E a gente tem que ter um canto pra passar com o carro, às vezes passa de bicicleta, aí eles botaram dois trilhosinhos pequenos, assim pra gente atravessar. Não ficou canteiro, ficou fundo, né, aí a gente pra passar tem que entrar dentro daquele buraco e levantar de novo pra poder passar pro outro lado, aí eles fizeram aquele trilhozinho, eu agradei muito porque eles estavam deixando a gente passar, né? Mas se não fosse isto já tinha deixado de criar há mais tempo, aí também já não dava mais resultado não. (MARIA, vale do Jaguaribe, 25/03/99).

O depoimento de D. Maria explicita as dificuldades vivenciadas por ela para permanecer com sua atividade criatória diante das implementações necessárias à expansão da cidade, principalmente porque o seu espaço de vida vai sendo entrecortado por essas estruturas da modernização, como a duplicação da rodovia. É claro que, se pudéssemos dispor de ciclovias, áreas para pedestres ou outro tipo de estrutura, ter-se-ia uma cidade mais humanizada. No entanto, sabe-se que todos esses incrementos se voltam para facilitar o deslocamento da mercadoria e não para o homem. É assim que as cidades são produzidas e integradas ao espaço regional o qual pertencem. Em seu depoimento, D. Maria agradece aos operários que duplicaram a estrada por atenderem ao seu pedido: “fizeram aquele trilhozinho, eu agradeci muito porque estavam deixando a gente passar.”

Da mesma forma, sofrem os carroceiros que tentam circular pelas avenidas da cidade. O Sr. Antônio que tem uma vacaria no bairro do Bessa e distribui leite por outros bairros da cidade comenta que, se por um lado, o asfalto facilita o andar da carroça, por ser mais macio para os pneus, por outro, torna-se muito perigoso, uma vez que a velocidade dos carros aumenta consideravelmente. A pavimentação de vias e a sua duplicação são fatos que modificam a vida dos criadores não só quando circulam em suas carroças, bicicletas ou empurrando o carrinho de mão, mas também no pastoreio do gado. O Sr. Macedo, pai do Sr. Antônio, diz que antes da duplicação da estrada (BR 230), ele passava com o gado para o outro lado da pista para o pastoreio. Mas, depois da duplicação, isso ficou impossível, o que dificultou mais ainda a sua atividade, já que, além do pasto ser reduzido pelo crescente número de construções, algumas áreas ainda vazias não podem ser utilizadas por falta de acesso a elas.

Sabe-se que as novas ordens impostas no lugar, normalmente impedem a manutenção de antigas práticas. Ao construir avenidas sem deixar uma margem necessária entre as edificações e a pavimentação, muitas vezes, cria-se um grande conflito com a população, que, no Brasil, vem sendo “solucionado” por meio da colocação de inúmeras “lombadas”<sup>22</sup>. No entanto, em muitos casos, presenciamos algumas “táticas” que possibilitam a manutenção de antigos costumes.

Em João Pessoa, além das “táticas” utilizadas para cortar as avenidas ou para driblar o trânsito com seus transportes lentos, presenciamos o antigo costume, anunciado anteriormente, de colocar as cadeiras na calçada para “esperar a brisa chegar” ou, nos canteiros da avenida, quando não lhes deram mais espaço nas calçadas.

Essas “táticas” de sobrevivência foram assim definidas por Michel de Certeau, que diz que o habitante, “sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade* e criatividade” (CERTEAU, 1994, p. 93). E acrescenta:

Essas operações de emprego – ou melhor, de reemprego – se multiplicam com a extensão dos fenômenos de aculturação, ou seja, com os deslocamentos que substituem maneiras ou “métodos” de transitar pela identificação com o lugar. Isso não impede que correspondam a uma arte muito antiga de “fazer com”. (CERTEAU, 1994, p.93).

Certeau escreve sobre a diferença entre *estratégias* e *táticas* nas relações com o poder. Para o autor, a *estratégia* corresponde ao “gesto da modernidade científica, política ou militar” adotado por um sujeito postulado de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) enquanto que a *tática* é o movimento no espaço controlado pelo inimigo, ou melhor dizendo, pelo poder: “tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”, cria surpresas, é astuta e é “determinada pela ausência de poder.” (CERTEAU, 1994, pp. 99 – 101).

Ao estudarmos as vacarias, na cidade, identificamos várias *táticas*. Melhor dizendo, a permanência dessas vacarias na cidade já é uma grande *tática*. Segundo Certeau, esse tipo de atitude trata-se, na maioria dos casos, da “arte do fraco”. Arte que aqui se manifesta por permanecer em locais densamente ocupados, por praticar uma atividade proibida por lei – a comercialização de leite “in natura” -, por circular nas avenidas em meios de transportes “não apropriados”, por resistir à especulação imobiliária, por conseguir manter os seus costumes do lugar de origem, enfim, por ser parte, e melhor dizendo, a mais fraca, da luta entre a modernização e os costumes, ou ainda, para utilizar a expressão de Lefebvre, entre o “vivido e o concebido” programado pelo processo de modernização. Portanto, entendemos que não se

trata apenas de “arte do fraco” ou daquele que não tem forças, mas sim de uma luta diária pela sobrevivência e por um mínimo de dignidade através de um trabalho que ainda lhes dá um mínimo de realização pessoal.

Conforme apresentamos, as unidades produtivas do nosso campo de análise são, na maioria, pequenas propriedades, inferiores a 1 ha e mantêm a atividade leiteira para subsistência. Embora alguns recebam rendimentos de aposentadoria ou contem com o salário de algum filho, são notórias as dificuldades encontradas para a permanência na cidade. Fatores de permanência, ou de persistência, segundo Antônio Cândido, são os “que contribuem para a continuidade dos modos tradicionais de vida”. Em contraposição a estes, existem os fatores de transformação: “os que representam a incorporação aos padrões modernos.” (CÂNDIDO, 1987, p. 200). Pelo que expomos anteriormente, podemos afirmar a existência desses dois grupos de fatores, as permanências e as transformações. As permanências estão na manutenção dos *costumes rurais*, no uso do tempo, na passagem do aprendizado de geração para geração. Enquanto que as transformações estão na incorporação de instrumentos industrializados, na mudança de percurso e na falta de expectativas por parte de alguns para continuarem com as suas práticas.

Podemos ainda considerar esses pequenos criadores como sendo “proletários pela metade”, isto é, não são assalariados, mas vivem em condições, às vezes, piores que estes e, ao mesmo tempo, são proprietários. Contudo, existem também aqueles que são integralmente proletários, são os trabalhadores chamados de ajudantes ou administradores desses pequenos estabelecimentos. As condições de vida são bastante difíceis, especialmente nos dias de hoje, quando não têm expectativas de uma melhoria – que não seja através da incorporação em algum trabalho urbano – e há uma generalizada insatisfação com a precariedade da maneira como vivem. Toda essa situação acena para a extinção desses costumes. Durante a conversa que tivemos com Joelson, filho do Sr. Antônio (família de 13 filhos, proprietário de uma vacaria no bairro do Bessa<sup>23</sup>), a sua mãe, muitas vezes, deixava as atividades da cozinha e complementava a informação dada pelo filho. O depoimento dessa senhora demonstrou uma situação de medo.<sup>24</sup> Joelson e sua mãe nos expõem que já não podem mais permanecer com a vacaria devido às constantes pressões feitas pela prefeitura local, bem como pelos agentes imobiliários. O futuro de Joelson é inserir-se em uma atividade urbana, como já o fizeram seus dois irmãos. A sua mãe diz: “é melhor botar os meninos pra estudar e pra trabalhar em outras coisas, todo mundo não vive com outros movimentos? A gente tem que procurar viver também, né não?! Embalar a palha de outro jeito, porque desta não dá mais não.” (Sra. MARIA, proprietária de vacaria no bairro do Bessa, 22/03/1999). Esse mesmo anseio de que os filhos se insiram em outro tipo de atividade, mesmo sendo seus ajudantes, foi manifestado por outros criadores. O Sr. Noé com 64 anos, pai de uma família também numerosa (sete filhos) e que mantém toda a família com a venda de gado, sem contar com aposentadoria, relata-nos: “Um se formou, mas não arrumou emprego, coitado! Aquele outro já trabalhou numa firmazinha do lado, deixou de estudar de tarde passou pra de noite pra arrumar um emprego desde o ano passado e até hoje! Fez vinte anos. Emprego está difícil demais!” (Sr. Noé, 25/03/1999). O desejo de que os filhos se engajem em outro ramo de trabalho era relatado sempre acompanhado da justificativa de ser impossível a manutenção da prática herdada por seus pais e avós, ou nas suas próprias palavras: “da não existência de uma outra alternativa”.

A alternativa de transferir a sua atividade para outra localidade, zona rural de outro município, é considerada por esses criadores inviável, pois as razões pelas quais eles ou seus antecessores migraram permanecem: as precárias condições em que vivem os pequenos produtores no meio rural<sup>25</sup>. D. Maria diz que não compensa vender o terreno e comprar uma propriedade no interior onde seria talvez o lugar adequado para a sua atividade e explica:

Porque fazenda mulher só tem futuro no inverno, quando é no verão o gado morre todo de fome. A gente está cansado de ver na televisão, né não? A gente não tem condição de comprar muito, pra comprar pouco não dá e quando for pra vender o que tem aqui pra sair, é melhor ficar aqui mesmo.

O Sr. Noé também diz que, apesar de gostar muito da atividade, sente que todo seu trabalho não compensa, principalmente, nos dias de hoje, que já não consegue viver como em anos anteriores. Ele explica:

Tem muita gente que diz: Sr. Noé se o senhor parar o senhor morre! O senhor gosta de lutar! Eu digo, rapaz, tem outro doutor que acabou com o gado: Sr. Noé, o senhor não pode deixar de ver uma vaca braba não! Eu digo: Rapaz eu acho bonito, ela berrar, um bezerro quando nasce, coisa e tal, mas não está dando mais! Teve um tempo que dava, eu comprava bicho, vendia, trocava, ganhava pouco, mas ganhava, porque a pessoa na honestidade não se levanta. [...] Já houve tempo aqui que eu tive trinta e tantas reses, e hoje tem quatorze! Houve tempo aqui de ter trinta, trinta e oito, até quarenta bichos! Teve época que eu tive até quarenta e oito porque eu comprei, mas eu distribuía! (Noé, vacaria na avenida Tancredo Neves, 25-03-1999).

Os depoimentos desses pequenos produtores revelam o que José de Sousa Martins identificou ao estudar as contradições da sociedade agrária brasileira. Ou seja, “a valorização da cultura material urbana, que, para os personagens envolvidos, denota melhoria do nível de vida.” (Martins, 1975, p.30). A imposição do “mundo urbano” dá-se não só pelos desejos de uma vida melhor, mas também pela facilidade de comercialização dos produtos industrializados, como é o caso do leite: em pó, pasteurizado (em saco plástico) e, mais recentemente, em caixas. A família do Sr. Antônio expressou fortemente a dificuldade enfrentada a partir do momento em que o bairro foi ocupado com residências; no primeiro momento, acarretando a diminuição das áreas de pasto e depois com a instalação de padarias e mercadinhos nas proximidades. A sua situação é bem peculiar, pois, defronte a sua vacaria, há um mercadinho, que vende leite industrializado.

Além disso, temos a particularidade da localização dessas unidades produtivas – no perímetro urbano - que dificulta em muito a permanência delas. Quando indagados sobre as dificuldades de permanecer com a vacaria, o Sr. Macedo e seu filho Antônio são categóricos em afirmar as poucas chances de se manter nessa atividade. Transcrevemos o depoimento dos dois:

Diz Antônio: - Pra ficar com vacaria aqui só se o cara tiver coragem de enfrentar e tem que ser com pouquinha vaca amarrada no cocho. Tem que ser direto com ela na cocheira.

Complementa Sr. Macedo: - Mesmo assim se os prédios não se aproximarem tanto! Porque aí o povo reclama da vacaria, principalmente no inverno que faz uma lamazinha.

Finaliza Antônio: - Outra coisa, o canal, vai quebrar a gente! Vão fazer o Bompreço, o Carrefour, e outra coisa, se asfaltarem esta avenida aqui, pronto! (MACEDO e ANTÔNIO, Bessa, 23-03-1999).

As preocupações do Sr. Macedo e do seu filho Antônio são as mesmas manifestadas por Joelson e sua mãe, bem como com os outros produtores de leite com vacarias no bairro do Bessa e proximidades. Este bairro, como já explicamos anteriormente, vem sofrendo vertiginosa ocupação pelo processo de verticalização, bem como com a instalação de grandes empreendimentos comerciais (hipermercados, shopping center e edifícios empresariais) por concentrar uma população de renda mais elevada. Esse rápido processo de ocupação diminuiu bastante as áreas disponíveis para o pasto, bem como valorizaram os terrenos ocupados por esses produtores, tornando-os alvos da procura dos agentes imobiliários. O Sr. Noé tem vivenciado esse processo:

A Tancredo Neves quando foi feita em 85 eu já estava morando aqui<sup>26</sup>. Aqui o povo não queria, não valia nada. Hoje é muito valorizado! Mas isto aqui antigamente, nem os proprietários destas terras aqui, diziam: isto vale nada! Porque aqui tem uns mosquitinhos que tem maré que o camarada se agoneia. Mas passou-se a pista, está valorizado, e vai valorizando cada vez mais. Está tudo construído já. (NOÉ, vacaria na avenida Tancredo Neves, 25-03-1999).

Todavia, no caso dos produtores estabelecidos em outras áreas da cidade, como as do vale do Laranjeiras e do vale do Cuiá, existem dificuldades, insatisfações, mas também há perspectivas da manutenção das atividades ali praticadas. O Sr. Antônio, proprietário da vacaria de maior produção leiteira de João Pessoa, sonha em comprar uma propriedade em município vizinho para ampliar a sua produção, idealiza também, como já mencionamos anteriormente, uma ordenha mecânica. Em outras,

não encontramos o ideário da expansão, mas uma segurança na sua permanência. Essa segurança dá-se primeiramente com a propriedade da terra que comporte os animais e onde se possa plantar algum capim. Além disso, ela também mantém-se mais facilmente desde que se detenha aos limites da propriedade, explica o Sr. José Augusto:

Em relação aos vizinhos, não tem reclamação não! Logo a minha propriedade é pequena, mas é toda cercada, o muro alto, como sei até onde vão meus direitos, eu procuro respeitar os direitos dos outros! Meu gado é todo confinado! Não solto gado e mesmo porque além do gado eu tenho outras fontes. E também outras pessoas criam por aqui. O limite aqui é até o rio, a oeste, ao norte é uma granja, ao sul é outra granja, só a frente que é uma rua, mas as casas estão separadas. (JOSÉ AUGUSTO, 22-10-1999).

É preciso ressaltar que as transformações vêm se sobrepondo às permanências. Esse processo ocorre por meio das rápidas difusões da vida moderna e urbana propagadas pelos meios de comunicação e, principalmente, pelas imposições colocadas diariamente através da expansão urbana: a ocupação dos pastos e o surgimento de inúmeros postos comerciais – mercadinhos – que vendem o leite industrializado. Além desses fatores, acrescenta-se a dificuldade econômica enfrentada pelos produtores com a constante elevação do preço das rações e a manutenção do preço do leite, bem como dos animais.<sup>27</sup>

As pressões, provenientes da expansão urbana, sofridas pelos criadores não se dão unicamente pela redução dos espaços ou pela valorização dos seus terrenos, mas também pela ação governamental através da taxaço de impostos. Vários proprietários reclamaram por serem cadastrados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pagarem o imposto rural e ainda terem de pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) à Prefeitura local.

O conflito entre o rural e o urbano circunscreve-se, portanto, na delimitação dessas áreas, que mesmo sendo loteadas para abrigarem estabelecimentos rurais – granjas, sítios, chácaras – passam rapidamente para o cadastro urbano, implicando na sua taxaço. Esse é um dos campos abertos na própria definição estabelecida pelo Plano Diretor, que designa área rural como sendo “aquela destinada à expansão dos limites da área urbana, às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como à proteção dos mananciais de água de Marés-Mumbaba e Gramame.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 1994, p.11). Há, portanto, uma contradição, nesse artigo, que, ao mesmo tempo, define a área rural e determina a sua extinção.

O predomínio dos fatores de mudança e a incorporação desses migrantes ao mercado de trabalho urbano têm sido constatados pelos estudos realizados com migrantes rurais, que passam a habitar a cidade. Contudo, utilizamo-nos das palavras de Antônio Cândido, que ao estudar “o caipira”, conclui que a acomodação ou não do migrante aos padrões urbanos se faz conforme a possibilidade de ele encontrar ou não condições satisfatórias de substituição dos seus próprios valores. Além disso, “neste processo há graus variáveis, segundo a maneira e o ritmo por que uns e outros entram em contato e se combinam.” (CÂNDIDO, 1987, p.201). Portanto, mesmo havendo a incorporação do migrante rural ao mercado de trabalho urbano, ou mesmo o seu ingresso no contingente do desemprego, alguns conseguem manter o seu antigo modo de vida com algumas modificações, o que confirma a existência da manutenção de *costumes rurais* na cidade.

Gostaríamos ainda de reafirmar que, ao expormos a problemática da vida dos criadores, não pretendemos com isso tentar recriar condições passadas ou voltar a situações anteriores, mas, como tão bem esclareceu Antônio Cândido, “trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outros.” (CÂNDIDO, 1987, p.225).

## Notas

<sup>1</sup> Esse texto apresenta algumas idéias originalmente trabalhadas na tese de doutorado *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. O mesmo foi parcialmente apresentado nos eventos 2º Encontro

Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos - ABER – Associação Brasileira de Estudos Regionais (São Paulo, outubro de 2002) e no *Historical Dimensions of the relationship between space and culture – IGU Commission on the cultural approach in Geography* (Rio de Janeiro, junho de 2003).

<sup>2</sup> Pablo Gutman, Graciela Gutman, Guillermo Dascal (1987) e Horacio Bozzano (1990).

- <sup>3</sup> Henri Lefebvre (1991), Gilberto Freyre (1982).
- <sup>4</sup> No que diz respeito ao shopping center, vários foram os processos que tentaram embargar a obra de ampliação do seu estacionamento. No entanto, esses processos foram arquivados, tendo como justificativa o grande número de empregos que o shopping oferece à cidade e por ter construído algumas galerias de saneamento, obra que deveria ter sido realizada pela Companhia de Água e Esgotos. Recentemente o proprietário do shopping foi condenado a ressacir o poder público por ter construído em área de domínio público.
- <sup>5</sup> O Bairro do Bessa, onde está localizada a vacaria do Sr. Antônio e do seu pai, Sr. Macedo, é um dos bairros de efetiva ocupação nos últimos dez anos. Antigo bairro de veraneio, após a construção da via Litorânea (1989), foi sendo ocupado por residências de alto e médio padrão e, paulatinamente, vem abrigando construções de edifícios antes mesmo de receber infra-estrutura como a pavimentação e o saneamento. Vale acrescentar que, recentemente, as suas avenidas marginais vêm sendo ocupadas por empreendimentos empresariais, como a construção de edifícios com salas e escritórios e a perspectiva da instalação de hipermercados como o Bompreço (já em funcionamento) e o Carrefour (em projeto de construção). O alvará para a construção do hipermercado Bompreço foi concedido, apesar da denúncia de irregularidades tanto no que diz respeito ao descumprimento das leis de zoneamento da cidade (Zona Residencial 3 que estabelece um máximo de ocupação de 50% e Zona Especial de Preservação que permite um máximo de 10% de ocupação), como na própria dimensão do terreno ser menor que a área a ser construída. (Jornal *O Norte*, 08/09/99 e 15/09/99 e Prefeitura Municipal de João Pessoa, 1994: 7– 20). No ano de 2005 foi inaugurado o Carrefour, cuja localização assemelha-se a do Hiperbompreço.
- <sup>6</sup> Refere-se a um conjunto habitacional localizado nas proximidades da vacaria, área sudoeste da cidade.
- <sup>7</sup> Optamos por denominá-los de pecuários, uma vez que não encontramos, nos estabelecimentos visitados, nenhum cultivo agrícola alimentar, apenas a plantação de capim para o gado.
- <sup>8</sup> Censos Agropecuários 1985 e 1995.
- <sup>9</sup> Essa propriedade, apesar de já ter sido dividida entre herdeiros, possui no conjunto cerca de 100 hectares. Atualmente ela não tem criação, mas arrenda suas terras para pastagem de animais de engorda.
- <sup>10</sup> Referimo-nos a nossa dissertação de mestrado. Vide Maia, 1994.
- <sup>11</sup> Diz o artigo: “É competência do Ministério da Agricultura proceder em todo território nacional, à prévia fiscalização sob o ponto de vista industrial e sanitário de produtos de origem animal, desde a produção até a comercialização, exceto quando esta importar em distribuição ao consumidor.” (Jornal *Diário da Borborema*, 20-03-1979).
- <sup>12</sup> Jornal *O Norte*, 15-03-1979.
- <sup>13</sup> Jornal *A União*, 15-03-1979.
- <sup>14</sup> Um dos inúmeros planos da Economia Brasileira que tentaram dar estabilidade à moeda nacional, freando a inflação. Esse plano caracterizou-se, principalmente, pelo congelamento dos preços.
- <sup>15</sup> Jornal *O Norte*, 18-07-1986.
- <sup>16</sup> Jornal *Folha de São Paulo* (30/08/1998).
- <sup>17</sup> No momento da difusão do leite pasteurizado, houve uma tentativa por parte dos produtores de criar uma cooperativa, que não conseguiu se estabelecer. Em entrevista (24.03.99), o Sr. Macedo, relata-nos: “É porque uma vez me associei à cooperativa. Comeram nosso dinheiro... e nada!” Já, nos escritos de Heretiano Zenaide (1948), há referência a uma “cooperativa de proprietários de estábulos de João Pessoa”, que o autor considera como “positivamente um exemplo a seguir.” (Zenaide, 1948, p.30). São essas as únicas alusões que obtivemos sobre a existência de cooperativa de produtores de leite em João Pessoa.
- <sup>18</sup> Entendemos por “produção considerável” a quantidade de 100 ou mais litros de leite. Mesmo sabendo que, para o consumo total da cidade, é uma quantia pequena, ela torna-se bastante considerável diante das suas possibilidades de existência.
- <sup>19</sup> Existe apenas uma usina de leite na “grande João Pessoa”, localizada no município do Conde. Esta possui a sua própria criação de vacas leiteiras.
- <sup>20</sup> De acordo com Celeida Pereira e Custódia Magalhães, “o gado de corte é o mais difundido no sertão, enquanto o destinado à produção de leite, devido à facilidade de comercialização e à presença de grandes centros urbanos, concentra-se mais nas regiões de Campina Grande e Brejo.” (*Atlas escolar da Paraíba*, 1997, p.66).
- <sup>21</sup> A BR 230 corta a malha urbana de João Pessoa. Na sua duplicação, no trecho que liga João Pessoa à cidade de Cabedelo, foram recentemente construídas umas divisórias das vias. Estas divisórias, com aproximadamente 80 centímetros de altura, impossibilitam a sua travessia. Alguns moradores já solicitaram, inclusive, a construção de passarelas, mas o diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, em entrevista ao jornal local da Rede Globo (20/11/99), afirmou que tal solicitação era um direito desses moradores, mas que, no momento, não havia recursos para tal empreendimento.
- <sup>22</sup> Vários são os nomes dados ao que aqui chamamos de “lombada”. Durante os nossos trajetos João Pessoa – São Paulo – João Pessoa, podemos observar que conforme o lugar muda sua denominação, mas a prática é a mesma. Por curiosidade anotamos: saliência, obstáculo, ondulação e redutor de velocidade.
- <sup>23</sup> A vacaria do Sr. Antônio está localizada em uma área já bastante ocupada por residências e alguns estabelecimentos comerciais de pequeno porte (farmácias, padaria, mercadinhos).
- <sup>24</sup> Fato curioso é que esta foi a única vacaria em que nos exigiram alguma documentação que comprovasse o nosso trabalho.
- <sup>25</sup> De acordo com Moreira e Targino (1999), o êxodo rural tem se intensificado na Paraíba nas últimas décadas. Enquanto fatores que contribuíram para o aumento do êxodo rural neste estado, os autores apontam “a desestruturação e quase extinção da lavoura algodoeira, a crise da pecuária provocada pelas estiagens que se contrapuseram à expansão das áreas de pastagem e a crise da economia açucareira.” (Moreira & Targino, 1999:16).
- <sup>26</sup> A avenida Tancredo Neves liga o centro da cidade aos bairros Manaira e Bessa, ambos litorâneos. A vacaria do Sr. Noé margeia o rio Mandacaru.
- <sup>27</sup> Um proprietário nos contou que, no início do ano de 1999, comprava um saco de ração por quatorze reais (R\$ 14,00) e, em novembro do mesmo ano, o menor preço encontrado foi de R\$ 26,00. Enquanto que o preço da venda do leite é o mesmo do ano anterior, R\$ 1,00, ainda considerando que o seu pagamento não é à vista.

## Bibliografia

- ALENCAR, José de. **O nosso cancioneiro**. Campinas – SP: Pontes, 1993.
- ALMEIDA, José Américo de. O aboio. **Era Nova**, Parahyba, ano II, n.29, julho 1922.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.
- BOZZANO, Horacio. Los procesos de estructuración de espacios periurbanos. Hacia una denición del borde metropolitano de Buenos Aires, **Revista interamericana de planificación**, vol. XXIII, n. 89, 1990.
- CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Os parceiros do Rio Bonito**. 7 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. (Documentário da vida rural nº 9). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Secretaria de Informação Agrícola, 1956.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Recife: Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1982.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. **Censo Agropecuário** – Paraíba, 1985, 1995.
- \_\_\_\_\_. <http://www.ibge.gov.br>.
- GUTMAN, Pablo et alii. El campo en la ciudad. La producción agrícola en el Gran Buenos Aires, **Informes del CEUR**, n.6, Buenos Aires: agosto, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. (5ª ed.). Barcelona: Península, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade: necessidade e desejo**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- \_\_\_\_\_. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa**. 2000. 338p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo** (estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil). São Paulo: Pioneira, 1975.
- MOREIRA, Emília de Rodat & TARGINO, Ivan. “**Êxodo rural na Paraíba: análise do período 1991/96**”. João Pessoa, 1999. (mimeo).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Plano diretor da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Grafset, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Código de posturas da cidade de João Pessoa**. João Pessoa, 1995.
- ROMERO, Sílvio. **Cantos populares do Brasil**. (Tomo 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- SANTANA, Charles D’Almeida. Memórias de trabalhadores rurais na cidade, **Travessia: Revista do Migrante**. Publicação CEM, São Paulo, ano XI, n.,32, set./dez.,1998.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WOORTMAN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
- ZENAIDE, Heretiano. **Palestra com os fazendeiros**. João Pessoa: Popular, 1948.

Trabalho enviado em outubro de 2005

Trabalho aceito em fevereiro de 2006